



LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 09/05/2029

N° 60006694

Versão: 01

Data: 14/07/2024

RENOVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

| | | | | | |
|------------|--|------------------|------------------|--------------------|---------------------------|
| Nome | SAAE - SANEAMENTO AMBIENTAL DE ATIBAIA - TRANSBORDO | | | CNPJ | 45.743.580/0001-45 |
| Logradouro | Avenida Jerônimo de Camargo, s/n° | | | Cadastro na CETESB | 190-716-0 |
| Número | Complemento | Bairro | CEP | Município | |
| | VILA SÃO JOSÉ | Caetetuba | 12941-606 | ATIBAIA | |

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal

Descrição

Estações de transferência de resíduos não-perigosos, responsáveis pelo armazenamento temporário e a transferência definitiva de resíduos não-perigosos para os aterros sanitários ou lixões; operação de

Bacia Hidrográfica

14 - PIRACICABA

UGRHI

5 - PIRACICABA/CAPIVARI/JUNDIAÍ

Corpo Receptor

Classe

Área (metro quadrado)

| | | | | |
|------------------|-----------------|-----------------------|--------------------|------------------------------|
| Terreno | Construída | Atividade ao Ar Livre | Novos Equipamentos | Área do módulo explorado(ha) |
| 19.307,63 | 1.489,36 | 18,00 | | |

Horário de Funcionamento (h)

| | | |
|--------------|----|--------------|
| Início | às | Término |
| 06:00 | | 23:00 |

Número de Funcionários

| | |
|---------------|----------|
| Administração | Produção |
| 0 | 0 |

Licença de Instalação

| | |
|------|--------|
| Data | Número |
|------|--------|

A CETESB—Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

A presente Licença de Operação refere-se aos locais, equipamentos ou processos produtivos relacionados em folha anexa;

Os equipamentos de controle de poluição existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar sua eficiência;

No caso de existência de equipamentos ou dispositivos de queima de combustível, a densidade da fumaça emitida pelos mesmos deverá estar de acordo com o disposto no artigo 31 do Regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações;

Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de Licença Prévia e Licença de Instalação, nos termos dos artigos 58 e 58-A do Regulamento acima mencionado; Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência;

A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.

USO DA CETESB

| | |
|-----------------|--------------------------------------|
| SD N° | Tipos de Exigências Técnicas |
| 93104896 | Ar, Água, Solo, Ruído, Outros |

EMITENTE

Local: **ATIBAIA**

Esta licença de número 60006694 foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: autenticidade.cetesb.sp.gov.br

ENTIDADE



LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 09/05/2029

N° 60006694

Versão: 01

Data: 14/07/2024

RENOVAÇÃO

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

01. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de propriedade do empreendimento.
02. Os efluentes líquidos gerados no empreendimento, independentemente de sua origem (industrial ou sanitário), deverão ser tratados e dispostos adequadamente, de forma a atender aos padrões de emissão e de qualidade estabelecidos no Regulamento da Lei Estadual N° 997/76 aprovado pelo Decreto Estadual N° 8.468/76 e na Resolução CONAMA N° 357/05 e suas respectivas alterações.
03. O pátio e as áreas de movimentação e tráfego de máquinas e veículos em geral, deverão ser mantidos pavimentados, de forma a impedir a emissão de poeiras (material particulado) fora dos limites de propriedade do empreendimento.
04. Fica proibido o lançamento de efluentes líquidos em galeria de água pluvial ou em via pública.
05. Deverão ser mantidos dispositivos de drenagem de águas pluviais de forma a garantir o adequado escoamento das mesmas de acordo com projeto aprovado pela Prefeitura Municipal.
06. Os níveis de ruído emitidos pelas atividades do empreendimento deverão atender aos padrões estabelecidos pela norma ABNT NBR 10151:2019 - "Acústica - Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas - Aplicação de uso geral", conforme Resolução Conama nº 01 de 08/03/90, retificada em 16/08/90.
07. Fica proibida qualquer queima de resíduos, papéis, madeiras, galhos, plásticos e outros materiais, ao ar livre no local, conforme estabelecido no art. 26 do Regulamento da Lei Estadual N° 997/76 aprovado pelo Decreto Estadual N° 8.468/76 e na Resolução CONAMA N° 357/05 e suas respectivas alterações.
08. Fica proibido o recebimento na estação de transbordo dos seguintes resíduos:
 - 1) Resíduos sólidos de qualquer natureza enquadrados na classe I, conforme a NBR-10004, da ABNT;
 - 2) Resíduos sólidos provenientes de processos industriais;
 - 3) Resíduos sólidos de serviço de saúde;
 - 4) Resíduos e/ou embalagens de defensivos agrícolas e/ou de qualquer produto químico utilizado na manutenção de lavouras;
 - 5) Resíduos da construção civil.
09. O local não poderá ser utilizado para destinação final de resíduos domésticos. As operações de recebimento e destinação a terceiros deverão ser realizadas em curto espaço de tempo, a fim de evitar a geração de problemas ambientais que acarretem inconvenientes ao bem estar público.
10. Deverá ser mantido o isolamento físico da área e o controle de acesso.
11. Manter os avisos identificando o empreendimento e alertando quanto à proibição da entrada e permanência de pessoas estranhas no local do aterro.
12. Manter o programa de monitoramento das águas subterrâneas, na área de influência da estação de transbordo com periodicidade trimestral, com apresentação dos relatórios à CETESB.
13. Manter a sistemática de registros de recebimento e destinação de todos resíduos, tanto os encaminhados para reciclagem como os destinados a disposição em aterro, com encaminhamento de relatório anual à CETESB.
14. Executar e manter isolamento visual da área, com plantio de espécies vegetais no entorno, constituindo cinturão verde.
15. Reinstalar, conforme Plano de Ação apresentado em atendimento à exigência do Auto de Infração com Imposição de Penalidade de Advertência (AIIPA) nº 60003475, de 02/10/2023, a cobertura na área de recebimento de resíduos, com apresentação do relatório à CETESB, demonstrando a conclusão da obra, sob pena de aplicação de penalidade prevista da legislação vigente e/ou cancelamento desta licença ambiental.
16. Deverão ser adotadas técnicas para mitigar o efeito atrativo de espécies-problema para aviação, sendo



LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 09/05/2029

N° 60006694

Versão: 01

Data: 14/07/2024

RENOVAÇÃO

de responsabilidade do empreendedor que o empreendimento não se configure como um foco atrativo de fauna.

17. Deverão ser mantidos no empreendimento, para consulta dos órgãos competentes, os relatórios que comprovam a adoção de técnicas adequadas de mitigação dos efeitos atrativos de espécies-problema para aviação e que, no caso de eventuais não conformidades, foram adotadas medidas corretivas.
18. Executar o Plano de Ação apresentado em atendimento à exigência do Auto de Infração com Imposição de Penalidade de Advertência (AIIPA) nº 60003475, de 02/10/2023, com apresentação de relatórios trimestrais à CETESB, comprovando, de forma documental, as ações realizadas, acompanhado sempre de cronograma atualizado.
19. Elaborar e executar, no prazo de 90 (noventa) dias, projeto do sistema de drenagem e acúmulo de chorume gerado no empreendimento. Comprovar a estanqueidade do tanque de acúmulo. Indicar em croqui as instalações. Apresentar cópia do projeto e relatório de execução.
Observação: O projeto deverá ser elaborado por profissional habilitado, com recolhimento de ART. Deverá contemplar memorial de dimensionamento, de forma a garantir a adequada capacidade de armazenamento do tanque de acúmulo, considerando a geração de chorume e a periodicidade de esgotamento e destinação.
20. No prazo de 90 (noventa) dias, solicitar e obter o Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental – CADRI para o chorume gerado no empreendimento.
21. Providenciar, no prazo de 90 (noventa), a devida manutenção da a) alvenaria / contenção situada nos limites do galpão de transbordo, b) via de acesso à área de recebimento de resíduos e c) acesso das carretas à área de transbordo. Apresentar relatório de execução.
22. De imediato, solicitar e obter as devidas Licenças de Ampliação para o empreendimento, de forma a regularizar / compatibilizar o atual horário de funcionamento (24 horas) e a atual quantidade anual de resíduos sólidos domiciliares triados e transbordados no empreendimento.

OBSERVAÇÕES

01. A presente licença é válida para a triagem e transbordo de 27.600 toneladas/ano de resíduos sólidos domiciliares, utilizando os seguintes equipamentos:
02. A presente licença não engloba aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.
03. Para emissão da presente licença foram analisados aspectos exclusivamente ambientais relacionados às legislações estaduais e federais pertinentes.
04. Esta Licença de Operação tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada à CETESB com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data de validade, nos termos do parágrafo 6º do inciso III do art. 2º do Decreto Estadual nº 47.400 de 04 de dezembro de 2002.



**CERTIFICADO DE MOVIMENTAÇÃO DE
RESÍDUOS DE INTERESSE AMBIENTAL**
Validade até: 04/12/2028

N° 60002654

Versão: 01

Data: 05/12/2023

ENTIDADE GERADORA

Nome
SAAE - SANEAMENTO AMBIENTAL DE ATIBAIA - TRANSBORDO
Cadastro na CETESB
190-000716-0
Logradouro
AVENIDA JERÔNIMO DE CAMARGO, S/N°
Número
Complemento
VILA SÃO JOSÉ
Bairro
CAETETUBA
CEP
12941-606
Município
ATIBAIA
Descrição da Atividade
Estações de transferência de resíduos não-perigosos, responsáveis pelo
Bacia Hidrográfica
14 - PIRACICABA
N° de Funcionários
131

ENTIDADE DE DESTINAÇÃO

Nome
CDR PEDREIRA - CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE RESÍDUOS LTDA
Cadastro na CETESB
100-047281-6
Logradouro
ESTRADA PROFESSOR EDMUNDO ROSSET
Número
Complemento
7450
Bairro
VILA BELA
CEP
02286-000
Município
SÃO PAULO
Descrição da Atividade
Depósitos de lixo e aterros sanitários para disposição de resíduos não
Bacia Hidrográfica
2 - TIETÊ ALTO ZONA METROPOLITANA
N°LIC./CERT.FUNCION.
29009597
Data LIC./CERTIFIC.
31/03/2023

CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO

O presente Certificado está sendo concedido com base nas informações prestadas pelo interessado e não implica na obrigatoriedade da entidade de destinação final em receber os resíduos aqui indicados.

A entidade geradora deverá:

- Manter em seus arquivos, por um período de 5 (cinco) anos, as notas fiscais de transporte e os vistos de recebimento dos resíduos pelo responsável pela destinação final;
- Solicitar nova aprovação à CETESB quando gerar novos resíduos, alterar significativamente os resíduos atuais em termos de composição ou for substituída a entidade de destinação final;
- Contratar somente transportadoras aptas, possuidoras de RNTC e que tenham veículos com equipamentos compatíveis com o estado físico e o tipo de embalagem dos resíduos a serem destinados, de modo a garantir a integridade e estanqueidade das embalagens e evitar o espalhamento do resíduo durante o transporte;

No caso de destinação de resíduos classificados como perigosos, conforme NBR-10.004, a entidade geradora deverá ainda:

- Acondicionar os resíduos em recipientes ou contêineres construídos com material compatível com os mesmos, com características e propriedades que garantam sua integridade e estanqueidade;
- Apresentar a carga para transporte devidamente embalada, rotulada e acompanhada dos envelopes, fichas de emergência, placas de simbologia de risco, além dos demais documentos previstos em lei;
- Discriminar em nota fiscal, conforme orientação da CETESB, os resíduos classificados como perigosos;
- Enviar, até o último dia de janeiro de cada ano, relatório à CETESB informando os tipos e quantidades dos resíduos perigosos remetidos para cada local de destino, durante o exercício fiscal;
- Exigir que seja efetuada limpeza dos equipamentos de transporte em local devidamente aprovado pela CETESB para esta limpeza;
- Exigir que o transporte seja efetuado por pessoas treinadas para casos de acidentes e que disponham de EPIs;
- Atender ao Decreto Federal nº 96044 de 18/05/88, que regulamenta o transporte de cargas perigosas, e demais disposições em vigor;
- Providenciar, para o transporte da carga, envelope e ficha de emergência, elaborados de acordo com a norma NBR-7503 da ABNT. Essas fichas deverão conter todos os telefones úteis em caso de acidente (Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Polícia Rodoviária, CETESB, proprietário da carga e fabricante do produto);
- Caso os resíduos sejam acondicionados em tambores ou similares, identificá-los através da fixação, em sua face externa, de um único rótulo ou etiqueta com as seguintes informações:

| DESIGNAÇÃO ONU: | RESÍDUO PERIGOSO | CUIDADO |
|--|--|------------------------|
| N. IDENT. ONU: | | |
| COD. IDENT. NBR 10004: | A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PROÍBE A DESTINAÇÃO | ESTE RECIPIENTE CONTÉM |
| DENOMINAÇÃO/CARACTERIZAÇÃO: | INADEQUADA. CASO ENCONTRADA, AVISE | RESÍDUOS PERIGOSOS. |
| GERADOR: (nome/razão social/endereço/tel) | IMEDIATAMENTE A POLÍCIA, A DEFESA CIVIL OU | MANUSEAR COM CUIDADO |
| DESTINATÁRIO: (nome/razão social/endereço/tel) | O ÓRGÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL | RISCO DE VIDA. |

Este certificado, composto de 1 página anexa, concede permissão às entidades citadas, segundo suas funções a realizarem a destinação final somente dos resíduos aqui identificados, e será automaticamente cancelado caso se verifiquem irregularidades.

O presente Certificado está ambientalmente vinculado à Licença de Operação emitida para a entidade de destinação e a sua renovação. Caso a entidade de destinação, por qualquer motivo, não obtenha a Licença de Operação renovada, este Certificado perderá seus efeitos, devendo o gerador apresentar nova proposta de destinação para os resíduos objetos do mesmo.

- O envio dos resíduos deverá ser compatibilizado com a capacidade instalada de armazenamento e de reprocessamento da entidade de destinação.
- Fica reservado à CETESB o direito de cancelar a qualquer tempo este certificado caso se verifique o descumprimento por parte da entidade de destinação, de qualquer uma das condicionantes estabelecidas no licenciamento ambiental.
- Fica estabelecido que aqueles resíduos cuja caracterização não for confirmada por ocasião do recebimento nas instalações da entidade de destinação, serão de imediato devolvidos à entidade geradora.
- Os resíduos deverão estar isentos de líquidos livres, livres de contaminação por solvente e com teor de óleos e graxas menor que 5 %.
- O empreendimento de destino do resíduo se configura como Aterro sanitário e industrial.

USO DA CETESB

SD N°
91850390

EMITENTE

Local: ATIBAIA

Este certificado de número 60002654 foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: autenticidade.cetesb.sp.gov.br



**CERTIFICADO DE MOVIMENTAÇÃO DE
RESÍDUOS DE INTERESSE AMBIENTAL**
Validade até: 04/12/2028

N° 60002654

Versão: 01

Data: 05/12/2023

01 Resíduo : A099 - Outros resíduos não perigosos

Origem : Resíduos sólidos urbanos provenientes da coleta pública.

Classe : IIA Estado Físico : SOLIDO O/I : I/O Qtde : 54000 t / ano

Composição Aproximada : Papel, plástico, vidro, metal, resto de alimento, resíduos orgânicos e outros.
55% orgânico e 45% demais resíduos.

Método Utilizado : Visual e bibliográfico.

Cor, Cheiro, Aspecto : Característico.

Destino : B30 - Outras (especificar)

Acondicionamento : E07 - Sacos

USO DA CETESB

SD N°

91850390

EMITENTE

Local: ATIBAIA

Este certificado de número 60002654 foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: www.cetesb.sp.gov.br/silis/licenca

Re: MANIFESTAÇÃO DA CETESB SOBRE A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CENTRAL DE TRIAGEM E TRANSBORDO

De Uelinton Matias <uelinton@saaeatibaia.com.br>
Para CJB - AGeNCIA AMBIENTAL DE ATIBAIA <cjb_cetesb@sp.gov.br>
Cópia Daniela <eng.daniella@saaeatibaia.com.br>, Igor Moraes Liu <iliu@sp.gov.br>
Data 2025-12-10 16:09

Prezado Sr. Luciano, boa tarde!

Agradecemos pelo retorno.

At.te,

Uelinton R. Matias
Chefe de Departamento
Sustentabilidade e Meio Ambiente
SAAE - Saneamento Ambiental de Atibaia

Em 10/12/2025 15:45, CJB - AGeNCIA AMBIENTAL DE ATIBAIA escreveu:

Prezados(as),

Após verificação das informações apresentadas e consulta a nossos Sistemas, contatamos que a empresa ATENDE INTEGRALMENTE os Critérios do item 3.1.1.1 do Anexo Único da DECISÃO DE DIRETORIA Nº 098/2024/C, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2024, que *"Estabelece procedimentos simplificados para a renovação da Licença de Operação"*, que seguem relatados:

"3. PROCEDIMENTO PARA INCORPORAÇÃO DE AMPLIAÇÕES DE BAIXA RELEVÂNCIA AMBIENTAL

3.1 Em processos de Renovação de Licença de Operação (LOR)

3.1.1 Ampliação de área construída e/ou atividade ao ar livre

3.1.1.1 Critérios Nos processos de LOR, se for informada pelo interessado ou for constatada ampliação de área construída e/ou atividade ao ar livre que atenda, simultaneamente, aos critérios a seguir, estas poderão ser incorporadas na licença a ser emitida:

a. seja destinada a estruturas de apoio das empresas, tais como, vestiários, refeitórios, setor administrativo, galpão de armazenamento de produto acabado, entre outros;

b. não abrigue fonte significativa de poluição ambiental, como, por exemplo, as atividades relacionadas no item 3.1.3;

c. a ampliação seja de, no máximo, 2.500 m², para empreendimentos de até 10.000 m² de área ou de, no máximo, 25% da área em empreendimentos com área acima de 10.000m² de área. Tanto a área de ampliação quanto a área do empreendimento devem ser calculadas considerando a área construída e a área de atividade ao ar livre.

d. No caso de empreendimentos localizados na RMSP, atenda à Lei Estadual 1817/78;

e. Não tenha registro de reclamação procedente em atendimento;

f. Tendo registro de reclamação procedente, haja proposta de equacionamento aceita pela CETESB"

Portanto, a empresa pode solicitar a devida adequação, na ocasião da Solicitação de Licença de Operação - Renovação, que deve ocorrer no máximo até 09/01/2029 (120 dias antes do vencimento da LOR 60006694 de 14/07/2024).

Fico à disposição para maiores esclarecimentos,

Atenciosamente,



Luciano Soares Santarosa
Gerente
Agência Ambiental de Atibaia - CJB
CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
cjb_cetesb@sp.gov.br | 11 4411-6466
Rua Castro Faria, 293, 1º Andar, Centro, Atibaia
/ @cetesbsp

De: Uelinton Matias <uelinton@saaeatibaia.com.br>
Enviado: terça-feira, 9 de dezembro de 2025 12:31
Para: CJB - AGeNCIA AMBIENTAL DE ATIBAIA <cjb_cetesb@sp.gov.br>
Cc: Daniela <eng.daniella@saaeatibaia.com.br>; Igor Moraes Liu <iliu@sp.gov.br>
Assunto: MANIFESTAÇÃO DA CETESB SOBRE A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CENTRAL DE TRIAGEM E TRANSBORDO

Prezado Sr. Luciano,

Vimos por meio deste, conforme reunião realizada hoje pela manhã na agência, solicitar manifestação da CETESB no que tange à reforma e ampliação da infraestrutura da Central de Triagem e Transbordo (de acordo com item 3.1.1 do anexo da Decisão de Diretoria nº 098/2024/C, de 21 de novembro de 2024). Tal manifestação se faz necessária, haja vista ser esta uma das exigências do Ministério do Meio Ambiente que, por meio de Emenda Parlamentar, fará o repasse da verba para o custeio (vide checklist de Análise Técnica em anexo).

Informamos que a área construída atual é de 1.489,36 m² e, após a reforma e ampliação, passará a ser de 2.667,18 m², aumentando em 1.177,82 m² (projetos anexos). Informamos, ainda, que o horário de funcionamento é de 24 horas, com quantidade anual de 55.200 toneladas de resíduos sólidos domiciliares, sem nenhuma reclamação no que tange à operação.

Desde já, agradecemos pela costumeira atenção que lhe é peculiar e aguardamos retorno o mais breve possível.

At.te,

--
Uelinton R. Matias
Chefe de Departamento
Sustentabilidade e Meio Ambiente
SAAE - Saneamento Ambiental de Atibaia
(11) 4414-3539